

Nunca antes na história: a reconfiguração do campo político na campanha eleitoral brasileira de 2018 na televisão

Nunca antes en la historia: la reconfiguración del campo político en la campaña electoral brasileña de 2018 en la televisión

Never before in history: the reconfiguration of the political field in the 2018 Brazilian election campaign on television

AUTOR

André Ricardo Valle Vasco Pereira

andre.r.pereira@ufes.br

*Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ, Brasil). Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Brasil).

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é oferecer uma análise sobre a reconfiguração do campo político no Brasil a partir de dados colhidos na campanha à presidência da República, realizada no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), veiculada na TV aberta. O resultado do pleito foi a vitória do candidato de direita, Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL). Entre 1994 e 2014, o campo político estava centrado no problema do desenvolvimento socioeconômico, tendo como principais competidores uma resposta reformista de linha socialdemocrata, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e uma visão neoliberal, sustentada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Já em 2018, esta dinâmica foi alterada, em favor de uma lógica repressiva. A abordagem aqui utilizada se inspira na interpretação elaborada por Pierre Bourdieu, particularmente seu conceito de campo político. A documentação consta dos programas que foram ao ar no HGPE. Não é objetivo desta pesquisa verificar em que medida a campanha neste meio conseguiu convencer os eleitores. O que se busca é, aos olhos de um entendimento sobre a natureza da opinião pública no Brasil contemporâneo, demarcar o processo de emissão de discursos e estabelecer sua relação com o que se entende ser uma mudança qualitativa na dinâmica do campo.

RESUMEN:

Este trabajo ofrece un análisis sobre la reconfiguración del campo político en Brasil a partir de datos recogidos durante la campaña a la presidencia de la República, realizada en la TV pública. El resultado de los comicios dio la victoria al candidato de derecha, Jair Bolsonaro, del Partido Social Liberal (PSL). Entre 1994 y 2014, el escenario político estaba centrado en el problema del desarrollo socioeconómico, teniendo como principales competidores la respuesta reformista del Partido de los Trabajadores (PT), y la visión neoliberal del Partido de la Social Democracia Brasileña (PSDB). En 2018, esta dinámica se vio alterada en favor de una lógica represiva. El enfoque aquí utilizado se inspira en la interpretación elaborada por Pierre Bourdieu, particularmente en su concepto de campo político. La documentación consta de los programas emitidos por TV en el Horario de Propaganda Electoral Gratuito (HPEG). El objetivo de esta investigación no es comprobar en qué medida la campaña en este medio logró convencer a los electores. Lo que se busca es, desde la perspectiva de comprensión de la opinión pública en Brasil, demarcar el proceso de emisión de discursos y establecer su relación con lo que se entiende es un cambio cualitativo en la dinámica del campo.

ABSTRACT:

This article offers an analysis on the reconfiguration of the political field in Brazil from data collected in the campaign for the presidency of the Republic, broadcast on television. The result of the election was the victory of right-wing candidate Jair Bolsonaro of the Social Liberal Party (PSL). Between 1994 and 2014, the political field was centered on the problem of socioeconomic development, with the main competitors being a reformist response by the Workers' Party (PT) and a neoliberal vision, supported by the Brazilian Social Democracy Party (PSDB). As early as 2018, this dynamic was changed, in favor of a repressive logic. The approach used here is inspired by the interpretation elaborated by Pierre Bourdieu, particularly his concept of political field. The documentation was taken from the programs that aired on television, *Horário de Propaganda Eleitoral Gratuito* (HPEG). It is not the purpose of this research to verify to what extent the campaign managed to convince the voters. What is sought is, in the eyes of an understanding about the nature of public opinion in contemporary Brazil, to demarcate the process of issuing speeches and establish their relation with what is understood to be a qualitative change in the dynamics of the political field.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é oferecer uma análise sobre a reconfiguração do campo político no Brasil a partir de dados colhidos na campanha à presidência da República do Brasil realizada no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), veiculada nos canais de TV aberta. O resultado do pleito foi a vitória do candidato de direita, Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL). Entre 1994 e 2014, o campo político esteve configurado no entorno do conflito entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Isto significa que o seu eixo central era composto pelo problema do desenvolvimento socioeconômico, ou seja, ela versava sobre o que os atores deveriam fazer para promover o crescimento da economia e, ao mesmo tempo, distribuir a riqueza gerada, diminuindo a desigualdade. Simplificando o argumento, o PT defendia um poder de Estado mais ativo nos dois campos, a exemplo do programa “Bolsa Família”, um programa focado na redistribuição de renda com recursos públicos, voltado à diminuição da miséria e o aumento da escolaridade das crianças atendidas. Já o PSDB, patrocinava uma concepção mais regulatória de Estado, menos intervencionista. No caso do tema do “Bolsa Família”, sua resposta ao PT foi a de que o programa teria sido criado pelo partido (com base em medidas do governo de Fernando Henrique Cardoso), que ele oferecia oportunidades para desvio de recursos por meio de corrupção e que estimulava seus usuários a permanecerem dependentes do programa. O PSDB não propunha o fim do programa, mas sua alteração, visando, principalmente, mecanismos que levassem as famílias beneficiárias a encontrarem empregos e, assim, deixarem o seu rol de beneficiárias. Desta forma, os membros do campo definiam as temáticas principais, os argumentos mais importantes. Na sua configuração, entre o PT e o PSDB, havia um centro, que tentou ser ocupado por diferentes atores ao longo do tempo, como foi o caso das candidaturas de Marina Silva em 2010 e 2014. A dinâmica do campo estimulava os ocupantes deste centro a se apresentarem como meio termo entre as duas leituras, o que significa que debatiam o tema do desenvolvimento em termos mais “moderados”, não introduzindo nada de novo.

Em 2018, porém, esta dinâmica foi alterada. Vários atores buscaram reproduzir o modelo anterior, mas foram ultrapassados pelo reposicionamento do eixo central, que passou a ser focado em uma lógica repressiva. O poder de Estado sempre possui uma função repressiva e, historicamente, são apresentadas várias propostas para que elas sejam cumpridas, como, digamos, o endurecimento das leis penais, um policiamento mais ostensivo, etc. Neste sentido, a lógica repressiva fazia parte de discursos elaborados pelos atores, mas não em condições de se transformar no ponto fundamental do debate. Ocorre, entretanto, que houve um deslocamento do eixo, a partir de uma mudança conjuntural, cujas condições começaram a ser estimuladas em junho de 2013 e que teve Bolsonaro como a liderança mais habilitada para assumir a sua direção. Este resultado não era inevitável, mas se deu, em parte, justamente pela insistência da maior parte dos participantes do campo em se comportarem com base em padrões que vinham sofrendo uma transformação.

A abordagem aqui utilizada se inspira na interpretação elaborada por Pierre Bourdieu (2011), particularmente seu conceito de campo político. A documentação consta dos programas que foram ao ar no HGPE. Também houve programas no rádio, além de eventos variados de campanha, debates televisionados, entrevistas na mídia e propaganda na internet, em sites mantidos pelos concorrentes, no *Facebook*, no *Twitter*, no *YouTube* e no aplicativo de comunicação por celular *WhatsApp*. Todos estes últimos meios foram desconsiderados, pois implicaria em um esforço bem mais amplo e que, além de tudo, não teria como ser devidamente abordado no espaço deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE

Jair Bolsonaro;
campo político;
Brasil; eleição de
2018; Partido dos
Trabalhadores
(PT).

PALABRAS CLAVE

Jair Bolsonaro;
campo político;
Brasil; elecciones
brasileñas de
2018; Partido de
los Trabajadores
(PT).

KEYWORDS

Jair Bolsonaro;
political field;
Brazil; Brazilian
2018 elections;
Workers' Party.

O HGPE se constitui como uma arena na qual os candidatos elaboram suas imagens junto ao eleitorado e se habilitam como representantes de um ou mais projetos que compõem o campo político. Não é objetivo desta pesquisa verificar em que medida a campanha neste meio conseguiu convencer os eleitores. O que se busca é, aos olhos de um entendimento sobre a natureza da opinião pública no Brasil contemporâneo, demarcar o processo de emissão de discursos e estabelecer sua relação com o que se entende ser uma mudança qualitativa na dinâmica do campo. Os dados do HGPE não são, isoladamente, suficientes para demonstrar todo o processo de mudança considerado. Eles precisam ser articulados com os outros meios citados. Contudo, são fundamentais. Trata-se, portanto, de uma agenda de pesquisa, para a qual este trabalho se apresenta como contribuição.

Por fim, vale notar que o HGPE do primeiro turno começou em 31 de agosto e durou até 4 de outubro de 2018. Concorreram treze candidatos à presidência. Seus programas foram ao ar aos sábados, terças e quintas-feiras, com dois blocos de doze minutos e meio. A duração de cada um variou de 5 minutos e 32 segundos para Geraldo Alckmin (PSDB) a 5 segundos para Vera Lúcia (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, PSTU). Ao todo, foram 15 dias de programas eleitorais, perfazendo 375 minutos, ou seja, 6 horas e 15 minutos. Vale notar que, tanto no primeiro quanto no segundo turno, era comum que os programas fossem repetidos integralmente ou certos trechos em outras edições. Já o HGPE do segundo turno começou no dia 12 e foi concluído em 26 de outubro de 2018, ou seja, 13 dias, com duas inserções de 10 minutos cada, divididas igualmente entre Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), também aos sábados, terças e quintas-feiras. Foram 260 minutos no total, quer dizer, 4 horas e 20 minutos. Todos os programas dos dois turnos foram transcritos.

2. Base teórica

O conceito de campo político no pensamento de Bourdieu deriva de seu entendimento geral sobre “campo”, no sentido de arenas nas quais formas de ação e pensamento adquirem autonomia e especificidade, e no interior das quais os indivíduos obtêm capacidade de direção através do acúmulo de capital simbólico. Alguns campos são mais fechados que outros, de forma que a relação dos “de dentro” com “os de fora” pode variar conforme a capacidade dos primeiros em “instituir” suas afirmativas, ou seja, criar, junto aos de fora, formas de reconhecimentos e convencimento (Grenfell, 2014). Quero deixar claro que discordo desta característica. Penso que ela dá pouca relevância a fatores culturais mais amplos, de longo prazo, e transformações conjunturais, que geram oportunidades e/ou impedimentos, mais ou menos aproveitados pelos atores.

Usar o conceito de campo político é interessante nesta pesquisa pois traz elementos que isolam os jogadores no interior de uma arena e permite testar hipóteses sobre como o comportamento de cada um afetou o outro. Conforme dito acima, entende-se que o campo político nacional esteve ordenado, entre 1994 e 2014, em torno do problema do desenvolvimento econômico e social, com um tipo de resposta sendo dada por atores ligados ao reformismo socialdemocrata, ou seja, a defesa do *Welfare State Keynesiano* (WSK). Os mais relevantes eram o PT e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), com suas respectivas lideranças nacionais, Lula e Leonel Brizola. O ocaso de Brizola deixou o PT na condição de hegemônico nesta linha. Por outro lado, o PSDB defendia uma solução neoliberal para questão. No campo político nacional, havia outros membros, porém, ocupando posições periféricas com relação à capacidade de convencimento expresso em votos para a Presidência (Carreirão, 2002).

O que ocorreu a partir de junho de 2013 foi uma transformação que resultou numa conjuntura de alta polarização ideológica (Vainer, 2013). Os efeitos deste processo se deram ao longo do tempo, criando circunstâncias favoráveis a que lideranças conservadoras conseguissem acumular capital simbólico suficiente para interferir no campo político (Chauí, 2016), de forma a deslocar o centro desta arena do problema do desenvolvimento para uma lógica repressiva. O sucesso desta estratégia esvaziou a capacidade dos outros atores, principalmente o PT e o PSDB, em disputar argumentos. É isso que se pretende demonstrar com o estudo da campanha na TV.

Ao discutir o campo político em uma entrevista, Bourdieu deu um exemplo envolvendo a ascensão do partido de extrema direita francês *Front National* (FN):

O Front National, por exemplo, tornou-se um agente do campo político na medida em que, pouco a pouco, impôs a todos os outros porta-vozes políticos, institucionais ou individuais, a referência se não ao próprio FN, pelo menos aos problemas que se acredita que ele tenha tentado impor no campo político. A presença do FN substituiu a oposição entre ricos e pobres pela oposição entre nacionais e estrangeiros, a qual, notadamente sob a influência do campo político, se tornou tão importante na consciência política comum (Bourdieu, 2011, p. 202).

Nos termos que elaborados aqui, o FN se inseriu no campo político e foi capaz de deslocar o centro do debate. No fundo, Bourdieu pode estar exagerando na afirmativa, mas é certo que o FN e outros atores de direita conseguiram inserir o tema no campo e ocupar um lugar de destaque no seu interior. Elaborando mais neste sentido, o autor diz:

*No campo político, se eu disser que a divisão principal é a divisão entre ricos e pobres, obterei uma determinada estrutura social. Se disser que a principal é a divisão entre franceses e estrangeiros, obterei uma estrutura inteiramente diferente. Em outras palavras, os princípios de divisão não têm nada de fortuito. Eles são constitutivos dos grupos e, portanto, das forças sociais. A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização. Se o princípio de divisão que eu proponho for reconhecido por todos, se meu *nomos* se tornar o *nomos* universal, se todos virem o mundo como eu o vejo, terei atrás de mim toda a força das pessoas que compartilham minha visão (Bourdieu, 2011, p. 203).*

O que está sendo defendendo aqui é que um determinado candidato, Jair Bolsonaro, do PSL, acumulou capital simbólico no interior do campo político a partir de 2015, habilitando-se a ocupar uma posição de destaque, que lhe permitiu ficar em segundo lugar nas pesquisas de intenções de voto. Os problemas que ele buscou impor ao campo político foram os da segurança pública (Villasante, 2018), da corrupção e da pauta conservadora em termos de costumes, genericamente expressos como defesa da família tradicional (Michels, 2017). A divisão principal que propôs foi entre os “brasileiros” (sem distinção de classes), por um lado, e os “vermelhos”, os corruptos e os “políticos profissionais” em geral, por outro. É bem verdade que, pressionado por setores da imprensa e da opinião pública, ele reconheceu o vazio de suas ideias sobre economia, ou seja, sobre o tema do desenvolvimento, e foi buscar apoio na autoridade (capital simbólico) de um economista e empresário do setor financeiro, Paulo Guedes, que elaborou uma proposta neoliberal para sua plataforma de governo. Contudo, este componente não se tornou o mais relevante da sua fala. A ideia-força capturada por Bolsonaro a partir da cultura política autoritária brasileira (Motta, 2016), e elaborada na conjuntura aberta a partir de 2013 por várias forças sociais, foi a de um Estado Repressor, capaz de combater os criminosos (inclusive armando os seus cidadãos); de suprimir a corrupção pelo apoio à Operação Lava Jato, e da eliminação de agentes responsáveis por um suposto desvio da moralidade cristã, que teriam ocupado posições de relevância no poder de Estado e suas instituições (como universidades e escolas).

O fato de Bolsonaro ter feito esta apropriação antes da campanha eleitoral e se habilitado como seu representante mais bem colocado para a disputa não levaria, necessariamente, a que ele fosse bem-sucedido em sua reconfiguração, pois:

Há, no campo político, lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de armas desiguais, de capitais desiguais, de poderes simbólicos desiguais. O poder político é peculiar no sentido de se parecer com o capital literário: trata-se de um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, notável. Daí o papel muito importante da televisão, que introduziu algo extraordinário, pois as pessoas que só eram conhecidas pelas reuniões eleitorais nos pátios das escolas não têm mais nada a ver com esses subministros que, suficientemente poderosos em seus partidos para aparecerem na televisão, têm seus rostos conhecidos por todo mundo. O capital político é, portanto, uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido” (Bourdieu, 2011, p. 204).

Antes do início da campanha eleitoral, o capital de reputação mais acumulado era o de Lula (PT). Por esta razão, ele liderava as projeções de primeiro e de segundo turnos. O tipo de divisão principal e ideia-força que ele propunha não dialogava com Bolsonaro. Em seu discurso, o poder de Estado deveria ser direcionado para a produção e redistribuição da riqueza entre todos, com maior benefício para os mais pobres. Os inimigos desta proposta eram apresentados como sendo um genérico “eles” ou, de maneira mais específica, o então presidente, Michel Temer. Este era tido como sendo o líder de um golpe, que derrubou a presidenta Dilma Rousseff (PT) e impôs uma agenda neoliberal, que vinha retirando direitos trabalhistas e impedindo o desenvolvimento econômico em benefício de uma elite mal definida.

A posição de Lula nas pesquisas mostrava que, apesar do enorme desgaste que ele e seu partido sofreram com os escândalos associados à Operação Lava Jato (Singer, 2018), ele ainda acumulava mais capital de reputação que todos os outros candidatos e o campo político ainda se estruturava da maneira antiga. Era sabido, porém, que ele havia sido condenado em segunda instância e sua participação no pleito dependia de recursos judiciais que acabaram não se confirmando de forma positiva para ele. Lula permaneceu preso e foi impedido de disputar, tendo sido substituído por Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo e ex-ministro da Educação (2005-2012) de seu governo. Esta pessoa reunia volumes muito inferiores de capital de reputação. Aliás, nenhuma liderança associada ao debate sobre o tema do desenvolvimento possuía condições minimamente próximas às de Lula.

Até a confirmação do afastamento de Lula, Bolsonaro ocupava o segundo lugar nas pesquisas. Com a saída do primeiro, o candidato do PSL ficou automaticamente na frente e confirmado no segundo turno. A questão, a partir daí, passou a ser se as intenções de voto de Lula seriam transferidas para Haddad. Este processo efetivamente ocorreu, mas em proporção bem menor do que Lula podia amealhar.

E vale notar que tanto Bolsonaro quanto Lula tinham altos índices de rejeição nas pesquisas. Só que Lula estava à frente, de forma que a rejeição ao pleiteante da direita poderia levá-lo à derrota no segundo turno ou mesmo impedir sua passagem para lá. Por esta razão, houve observadores que acreditaram na continuidade de um debate centrado entre PT e PSDB, ou seja, na permanência da configuração tradicional do campo. O cientista político Alberto Carlos Almeida, por exemplo, especialista em opinião pública, com várias obras relevantes (Almeida, 2007; 2008), lançou um livro no início do período de campanha (Almeida, 2018), defendendo a tese de que o PT representava um eleitorado de baixa renda e o PSDB o fazia com relação a setores de renda mais alta, de forma que a tendência seria a confirmação do seu enfrentamento. Em uma entrevista, ele disse que “a dificuldade de candidatos de outros partidos de esquerda ou de direita de romperem o ciclo tradicional de alternância de poder entre as grandes siglas se explica pelo capital político que as legendas mais fortes construíram” (Martins, 2018, p. 9). O termo “capital político”, aqui, se refere à solidez das estruturas e máquinas partidárias. Além disso, ele interpretou a abordagem antissistema mobilizada pelo conservadorismo da seguinte forma: “o PT e o PSDB tendem a estar no segundo turno porque a maioria dos eleitores – não todos – considera que todos os políticos são corruptos” (Martins, 2018, p. 31). Ou seja, Almeida não percebeu que a condenação aos políticos “profissionais” de uma maneira geral compunha um dos argumentos de uma visão que se buscava impor ao campo político. Na configuração anterior, a mesma ideia ocupava um lugar de menor importância no que se referia à distinção entre os candidatos. Ou seja, dado que todos são corruptos, onde reside a diferença entre eles para que alguém decida seu voto? Aí, então, entrava a distinção entre as concepções de Estado. O que ocorre, porém, é que esta lógica foi alterada.

A leitura feita por Almeida relaciona a representação de interesses das bases sociais com as lideranças, o que é uma abordagem bastante tradicional. O que ela não foi capaz de perceber é que este processo não é dado em si. Trata-se de uma construção histórica, de forma que as divisões principais, no caso, entre “ricos” e “pobres”, pode ser mudada. Isto depende de uma série de fatores, entre eles, da forma como os atores se comportam no campo político. Este ponto não ficou claro para muitos dos que acompanhavam o processo. Afinal, a recusa a Bolsonaro descoberta nas pesquisas indicaria um limite real de crescimento da ideia-força que movia sua candidatura. Pesquisas feitas sobre a natureza da base social da direita no geral (Cleto, 2016;

Angelo *et al.*, 2015; Angelo, 2018) e dos eleitores de Bolsonaro, em particular, davam a impressão de que este limite era certo, com uma opinião mais urbana que rural, mais de classe média que de classe trabalhadora, mais masculina que feminina, mais evangélica que católica (Pesquisa, 2018; Kalil, 2018). Assim, o candidato do PSL, principalmente após a saída de Lula, teria condições de chegar ao segundo turno, mas não conseguiria, a partir de várias expectativas, vencer o pleito. Todavia, ele não só ganhou o primeiro como também o segundo turno, com uma diferença significativa. Como explicar esta mudança?

Alguns consideram que o antipetismo foi utilizado como arma de combate eleitoral, inflando, de maneira artificial, a figura de Bolsonaro, como no caso da observação de Andrés del Río: *“Hace más de 30 años que Bolsonaro está en el Congreso, pero sólo ahora consiguió captar discursivamente esa frustración fomentada por los medios tradicionales de comunicación y con el sentimiento anti PT, anti Lula”* (Alves, 2018, outubro 10, p. 4). Outros investiram no uso manipulatório dos meios de comunicação pela internet (Goldstein, 2018), em especial o recurso à contratação de firmas especializadas por empresários no fim do primeiro turno, quando foram feitos vários disparos de *WhatsApp* contrários a Haddad (Maranhão Fº, Coelho & Dias, 2018).

Já Marcelo Badaró Mattos entendeu que a rápida e inédita ação da Justiça para confirmar a condenação de Lula em segunda instância fez parte do que ele chamou de um “segundo ato do golpe de estado de novo tipo”. O autor defende que este impedimento levou a que *“las candidaturas de los partidos del orden no se hicieron viables electoralmente y Bolsonaro avanzó en el vacío creado por la crisis de legitimidad abierta por el golpe”* (Mattos, 2018, p. 6). Uma crise econômica, política e social teria se associado ao fim da legitimidade de um padrão de dominação de classes, representado pela figura de Lula. Em termos gramscianos, ele classificou esta situação como de “crise orgânica”, circunstância na qual grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, abrindo-se o campo para soluções de força e para a intervenção de “homens providenciais ou carismáticos”.

Sem ter a pretensão de esgotar o assunto, é possível elencar a tese da fixidez das bases sociais do voto (Almeida), a manipulação ideológica (antipetismo e uso da internet) e a visão mais ampla de uma crise de legitimidade. A primeira, não previu o resultado e poderia, no máximo, dizer que Bolsonaro substituiu o PSDB. A segunda não deve ser desprezada, mas também esteve presente, por exemplo, em 2014. A terceira não esclarece porque Bolsonaro em particular foi a resposta para a crise.

O que se propõe aqui é uma visão alternativa. Bourdieu nos fala das condições conjunturais:

Um campo é um campo de forças, e um campo de lutas para transformar as relações de forças. Em um campo como o campo político [...] as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado (Bourdieu, 2011, p. 201).

A saída de Lula e a impossibilidade de que qualquer outro ator ocupasse uma posição equivalente à dele, o que inclui o candidato do PSDB, criou condições favoráveis a que o campo pudesse ser reconfigurado. A posição obtida por Bolsonaro antes do pleito indicava que a divisão principal e a ideia-força dos setores conservadores já ocupavam um espaço significativo no campo. A grande questão seria a de impedir que ela crescesse a ponto de deslocar o antigo centro, pois:

[...] o campo político podia ser descrito como um jogo no qual o que está em disputa é a imposição legítima dos princípios de visão e divisão do mundo social. [...] Um dos temas da luta política pode ser o deslocamento dessas fronteiras ou dicotomias. [...] O que está em disputa no jogo político é o monopólio da capacidade de fazer ver e de fazer crer de uma maneira ou de outra (Bourdieu, 2011, p. 206).

Entre 2002 e 2014, candidatos do PT e do PSDB sempre disputaram o segundo turno. A Operação Lava Jato, por sua vez, prejudicou as duas legendas e seus candidatos preferenciais. Lula conseguiu manter boa parte do seu capital de reputação, mas não foi este o caso de Aécio Neves e José Serra. Bourdieu afirma que “o capital político de um agente político dependerá primeiramente do peso político de seu partido e do

peso que a pessoa considerada tem dentro de seu partido. Nós não damos suficiente importância a essa noção extraordinária de *investidura*” (p. 204). A Operação Lava Jato destruiu a investidura que o PSDB deu a Neves e Serra. Ou seja, os atores que teriam melhores condições para impedir o deslocamento de fronteiras dentro do campo foram impedidos de participar da eleição, abrindo espaço para a direita. Mais ainda, os que restaram na disputa insistiram em apresentar argumentos em torno da antiga divisão, tornando-se, ao logo do processo, inabilitados para enfrentar os temas e propostas da direita. Este vazio de respostas também foi um dos responsáveis pelo deslocamento de fronteiras, como será demonstrado adiante.

3. Análise

A análise da documentação que se segue nos fala de um dos atos de campanha. O objetivo é mostrar como alguns candidatos apostaram na configuração antiga do campo, centrando suas intervenções em respostas sobre o tema do desenvolvimento e buscando sustentar suas reputações neste sentido. Outros apostaram no deslocamento do campo para o tema do Estado Repressor. Neste processo, os primeiros deixaram de oferecer argumentos que pudessem questionar este movimento, realizado pela direita, nos seus próprios termos, o que resultou em seu fortalecimento. Ou seja, o tema do desenvolvimento foi disputado, mas não o tema do Estado Repressor.

Neste trabalho, os 13 concorrentes são classificados, da direita para a esquerda, da seguinte forma: Jair Bolsonaro (PSL), Alvaro Dias (Podemos, PODE), Cabo Daciolo (Partido Patriota, PATRIOTA), José Maria Eymael (Democracia Cristã, DC), João Amoêdo (Partido Novo, NOVO), Henrique Meirelles (Movimento Democrático Brasileiro, MDB), Geraldo Alckmin (PSDB), João Goulart Filho (Partido Pátria Livre, PPL), Marina Silva (Rede Sustentabilidade, REDE), Ciro Gomes (PDT), Fernando Haddad (PT), Guilherme Boulos (Partido Socialismo e Liberdade, PSOL), Vera Lúcia (PSTU). O MDB, a rigor, é um partido de centro, mas Meirelles é um importante operador do ajuste neoliberal no Brasil e fez sua campanha de forma bastante autônoma, sendo fiel ao seu perfil pessoal. Alckmin ficou mais ao centro porque, em que pese a histórica ligação do PSDB com o neoliberalismo, este partido sempre contou com uma corrente “desenvolvimentista”.

A pesquisa foi feita da seguinte maneira: os programas eleitorais foram baixados da internet. Eles foram transcritos. A seguir, passaram por uma classificação. Este ponto merece alguns comentários sobre a literatura que estuda o HGPE. Trata-se de uma produção vasta, incluindo estudos sobre eleições proporcionais e níveis subnacionais. Boa parte lida com recortes específicos, como o uso da linguagem do jornalismo nas inserções (Oliveira, 2005), modulações de voz dos candidatos (Piovezani, 2011), o diálogo entre os concorrentes (Dias, 2014), a presença de patronos (Tavares, 2014), propaganda negativa (Lourenço, 2009) e vários outros.

Para esta pesquisa, as questões metodológicas são as mais relevantes. Neste sentido, foi possível perceber que os trabalhos, no geral, fazem classificações bastante coladas à empiria, ou seja, tendem a elencar os temas abordados e também costumam introduzir aspectos conjunturais (Aldé & Dias, 2014). Como a abordagem usada aqui é qualitativa, foram desconsiderados os estudos quantitativos. Visando um tratamento mais generalizante e unificador, destaca-se a obra de Figueiredo, Aldé, Dias e Jorge (1997), que toma as considerações de Riker (1996) como base teórica. Eles afirmam que os candidatos “constroem um mundo atual possível, igual ou um pouco diferente do mundo atual real, e com base nele projetam um novo e bom mundo futuro possível” (p. 186). A estrutura discursiva, então, implica nas seguintes operações: a) descrever o mundo atual; b) descrever um mundo futuro; c) fazer X para chegar lá; d) identificar quem pode fazer X (candidato e/ou partido). Desta forma, é possível visualizar o todo da mensagem. Para descrevê-la, porém, são necessárias as categorias. Nesta pesquisa, foram elaboradas várias. Contudo, por uma questão de espaço, foram selecionadas três delas: 1) “propostas” (o que fazer para mudar o mundo, equivalente ao item “c” acima); 2) “denúncia” (o que está errado e deve ser mudado, lidando com os itens “a” e “b”); 3) “crítica” (indicação dos responsáveis pelos problemas e como enfrentá-los, abordando o item “d”, pela capacidade de quem concorre em enfrentar o inimigo selecionado). A seguir, o debate de primeiro turno.

Do ponto de vista das “propostas” apresentadas, cinco candidatos defenderam o *Welfare State Keynesiano* (WSK): Marina Silva, Ciro Gomes, Fernando Haddad, Guilherme Boulos. Eymael (DC) teve muito pouco tempo. Ele só fez duas promessas: governar com competência, honra e caráter; além de financiar 100% da casa própria. Tendo em vista seu perfil claramente conservador, caso seja classificado como um defensor do WSK, seria em uma versão mais tradicional de Estado Provedor e não na base de um reformismo socialdemocrata. E há o interessante caso de Alckmin. Ele foi capaz de endossar três linhas diferentes: o WSK, o neoliberalismo e o Estado Repressor. No primeiro caso, prometeu retomar obras governamentais paradas, de forma a gerar empregos, além de implantar programas do tipo restaurantes com comida popular a um real. Ao mesmo tempo, disse que iria apoiar o empreendedorismo, os negócios e criar um clima de confiança para atrair investimentos privados. Por fim, prometeu o endurecimento das leis penais, o combate à corrupção, a criação de uma Guarda Nacional e de equipes especiais de investigação contra o crime para atuar em todo o país. Ou seja, Alckmin apontou para a esquerda, para o centro e para a direita.

Meirelles foi o único que apresentou uma defesa pura do neoliberalismo, por meio das contas públicas ajustadas, de forma a obter confiança do mercado, do qual seriam gerados os investimentos. Amoêdo combinou neoliberalismo com Estado Repressor. Como tinha muito pouco tempo, repetia o mesmo programa várias vezes. Sendo defensor de um liberalismo radical, expressou esta ideia pela simples bandeira do fim do HGPE (que é pago com dinheiro público e imposto às emissoras, que não podem recusar sua exibição). Além disso, repetiu o clichê alimentado pela direita de acabar com privilégios, mordomias e dinheiro para corruptos. Esta linguagem deixa implícita a suposição de que isto se faria por meio de atos de força.

Alvaro Dias defendeu uma concepção pura de Estado Repressor, ao propor uma Operação Lava Jato permanente, o corte de ministérios e mordomias e uma polícia com armamento pesado. Cabo Daciolo e Bolsonaro, por sua vez, fizeram um discurso conservador bem tradicional. O primeiro repetiu o mesmo programa o tempo todo, nos seguintes termos: “Glória a Deus, chega de escravidão, chega de corrupção”. Na tela, exibia a mensagem: “Deus está no controle”. Após o atentado contra sua vida, Bolsonaro reproduziu a mesma inserção várias vezes. Sua mensagem fundamental foi a da defesa da família. Já a campanha de João Goulart Filho foi tão simples que sequer foi possível encontrar qualquer proposta. E Vera Lúcia do trotskista PSTU fez, como de praxe na sua organização, discurso revolucionário, propondo acabar com a exploração e em defesa de uma bandeira chamada “Rebelião!”.

Não devemos nos enganar com a aparente vitória quantitativa do WSK. O que ela indica foi a existência de quatro pessoas em um campo de centro-esquerda disputando a reputação entre si e incapazes de fornecer respostas críveis para o problema da segurança pública, da corrupção e para as fantasias conspiratórias em torno da defesa da família que a direita pautou. Pela via do neoliberalismo, Meirelles também não enfrentou estes temas. Alckmin buscou resolver o problema cedendo um pouco para cada um. Vale notar, porém, que o deslocamento realizado pela direita dependeu não só de um conjunto de ideias, mas de uma forma de expressá-las e de elaborar reputação para representá-las.

A polarização ideológica que teve início em 2013 foi forçada pelos conservadores, baseada em uma visão dualista da realidade que não admitia meios termos e que precisava ser expressa nos termos de uma postura moral de indignação, de ódio ao contrário, de irritação para com o outro, de tom emocional exagerado, ou seja, da elaboração de uma autoridade. Não bastava dizer certas coisas, mas ser capaz de expressá-las em gestos, atos de fala, imagem pessoal, postura. É neste sentido que o processo de acumulação de capital simbólico realizado por Bolsonaro antes da campanha oficial fez grande diferença, pois ele disseminou tais características. No HGPE, quem melhor compreendeu este problema foi Alvaro Dias. Ele fez grande esforço para vestir a mensagem do Estado Repressor, com linguagem emocional exagerada, com expressões faciais contorcidas, com voz embargada de indignação. Não são as palavras em si, mas a forma de dizer. Daciolo, assim como Bolsonaro, só teve 8 segundos de TV. Ele se destacou nos debates com estilo próximo ao de pastores evangélicos. Acabou aderindo a teorias conspiratórias e se tornando objeto de escárnio. Tanto Daciolo quanto Alvaro Dias buscaram encarnar a retórica da direita. Alckmin, com sua postura de administrador sério, compenetrado, moderado, jamais teria condições de fazer o mesmo. Ou seja, a reputação adquirida ou reivindicada é travestida em um formato que busca se adequar à ideia-força

que se tenta impor ao campo. Dos candidatos, o mais sensível ao esforço de tomar bandeiras da direita foi Alckmin, mas sua imagem estava comprometida com a configuração tradicional daquela arena.

O discurso na TV contou também com a categoria “denúncia”, ou seja, a indicação do que está errado no país, ficando mais ou menos implícito que a pessoa iria resolvê-lo. Boa parte deste item girou em torno da política. Eymael, Ciro Gomes e Boulos reclamaram do pouco tempo de TV, que dificultava sua capacidade de se comunicar com o eleitorado. Haddad criticou a cassação da candidatura de Lula pela Justiça Eleitoral, vista como um segundo golpe contra ele. Vera Lúcia considerou a eleição em si como ilegítima. Amoêdo aplicou o mesmo argumento à elite política como um todo. Numa linha parecida, Meirelles identificou todos os outros concorrentes como incapazes, sem experiência e envolvidos em processos legais. Por fim, Meirelles, Ciro Gomes e Alckmin reclamaram da polarização política, querendo com isso apontar o enfrentamento entre Bolsonaro e Haddad como negativo para o país. Bolsonaro usou o atentado contra ele para afirmar que o “sistema” tentou eliminá-lo, mas que o povo estaria ao seu lado.

Marina Silva reclamou do abandono infantil e do desrespeito às mulheres. Alckmin também indicou como grande problema o preconceito contra mulheres. Meirelles apontou para a crise econômica, com o alto desemprego, e o descontrole do dólar. Haddad considerou que a crise econômica e social vivida pelo país teria sido causada pelo golpe que retirou o PT do poder. Boulos focou na injustiça social, com os isentos de pagar tributos e a eliminação dos direitos trabalhistas. Por fim, Daciolo e Goulart Filho não receberam menção neste quesito.

É interessante notar a grande distância entre a fala dos candidatos e a realidade socioeconômica do país. Isto confirma a hipótese de uma relativa autonomia do campo político e revela a vitória obtida pela direita antes da campanha, ao impor um tipo de divisão. Desde de junho de 2013, os conservadores passaram a apontar os partidos, as “bandeiras”, os políticos, em geral, como os grandes responsáveis pelas mazelas da nação. O que se percebe no comportamento dos concorrentes, na campanha do primeiro turno, quando buscaram denunciar o que estava errado no país, é uma preocupação significativa com as regras eleitorais, a cassação de candidatos, a elite política no geral, a qualidade dos candidatos, a polarização ideológica e uma suposta interferência maligna do “sistema”. Esta característica nos mostra que uma temática inserida pela direita na esfera pública foi incorporada pelo centro e pela esquerda e que um raciocínio persecutório, também de propriedade dos conservadores, foi reproduzido por quase todos. Desta forma, o deslocamento do campo foi se dando por atitudes dos seus membros, em particular daqueles que estavam comprometidos com o tema do desenvolvimento. Assim, havendo um consenso de que a política e os políticos seriam ilegítimos, quem se habilitaria melhor a merecer o voto? Aquele que encarnasse com maior reputação a imagem de um *outsider*. Esta pessoa foi Bolsonaro. Ele chegou ao início oficial do pleito com melhores condições para reivindicar esta condição e não a perdeu.

Uma terceira categoria elaborada aqui foi chamada de “crítica”. Ela tem a ver com a indicação, de maneira mais ou menos clara, dos responsáveis pelos problemas e, possivelmente, como enfrentá-los. Daciolo, Eymael, Ciro Gomes, Amoêdo, Bolsonaro e Goulart Filho não foram classificados nesta categoria. Marina Silva fez acusações vagas a um sistema injusto, ao fim dos direitos, ao uso da violência, ao ódio. Também de forma inespecífica, Alvaro Dias atacou a mentira, a mistificação, a corrupção, a incompetência, as mordomias e privilégios das autoridades, além da violência.

De uma forma mais direta, Meirelles fez críticas a Bolsonaro e ao PT. O primeiro foi tido como despreparado; desequilibrado; que não entenderia de economia, tendo dado o comando deste setor a uma pessoa sem experiência e equilíbrio (Paulo Guedes, indicado como seu futuro ministro da Economia). O voto nele seria de protesto e indignação. Já no caso do PT, ele afirmou que a organização era corrupta, contra a Operação Lava Jato, e que não fez autocrítica pelo fracasso de Dilma Rousseff.

Boulos atacou os políticos no geral, que dispõem de auxílio-moradia. Disse que o PMDB deu um golpe e que não se aliaria a ele. E atacou o conservadorismo e Bolsonaro pela criminalização do aborto. Ainda no campo da esquerda, Vera Lúcia foi contra o pagamento da dívida pública; contra o voto útil; e contra Bolsonaro, aderindo à campanha feminista de repulsa a este, configurada no movimento *#elenão*.

Haddad concentrou-se em Temer, que teria “bagunçado” o país, cortado direitos e estava entregando as riquezas da nação aos estrangeiros, sendo esta uma referência à alteração do marco regulatório da exploração de petróleo na camada do Pré-Sal, que eliminou o monopólio da Petrobras e permitiu a participação de empresas internacionais. Quanto a Bolsonaro, ele foi tido como alguém que estimularia o ódio e que defendia que a mulher ganhe menos que homem.

Alckmin acusou Dilma e Temer de deixarem o Brasil com obras paradas por incompetência administrativa. Já o desequilíbrio de contas e o desemprego seriam resultado da irresponsabilidade fiscal do PT e de seus aliados, Ciro, Marina, Meirelles. Num sentido mais propriamente político, Alckmin disse que Dilma foi um “poste vermelho” de Lula. Este teria elogiado o “ditador” Hugo Chávez, da Venezuela. O PT seria radical e extremista, desejava o fim da Operação Lava Jato. Passando a Bolsonaro, Alckmin observou que ele se dizia o novo, mas que não teria apoio político para governar. O candidato seria um estimulador da violência. Não entenderia de economia, tendo indicado um ministro que teria o propósito de aumentar os impostos para os pobres. Bolsonaro teria apoiado os ditadores Hugo Chávez e Pinochet, defendido a tortura, achado normal que mulheres ganhassem menos que homens. Seu candidato a vice-presidente (general Mourão) disse que as famílias chefiadas por mulheres e avós eram fábricas de desajustados; e ainda pôs em dúvida se as pessoas deveriam receber o 13º salário e o adicional de férias. Por fim, sua campanha seria baseada em *fake news*.

É bem verdade que, dos treze, oito candidatos não apontaram responsáveis diretos ou o fizeram de maneira vaga. Os nomes de esquerda, Boulos e Vera Lúcia, seguindo suas pautas, fizeram algumas considerações gerais (auxílio-moradia, PMDB, dívida pública, voto útil) e apontaram para Bolsonaro (criminalização do aborto e *#elenão*). Comparando a postura destes com o seu vizinho ideológico, de centro-esquerda, Fernando Haddad, destaca-se o pequeno espaço que Bolsonaro ocupou. Na maior parte do tempo, o grande responsável foi Temer. Curiosamente, porém, a crítica a este foi bastante moderada, pois ele teria “bagunçado” o país. O candidato do PSL apareceu apenas no fim do primeiro turno, estimulando o ódio e sendo preconceituoso com as mulheres.

O PT fez uma escolha, que foi a de valorizar as conquistas dos dois mandatos de Lula, ignorando o governo de Dilma Rousseff, e dando um salto direto ao mandato de Michel Temer, no qual centrou os ataques. A avaliação popular de Temer era baixíssima. Ele não estava, contudo, disputando as eleições. O adversário direto era Bolsonaro. Temer foi o campeão do neoliberalismo, aprovando medidas duríssimas. Era o contraponto histórico do discurso do PT, conforme a configuração tradicional do campo. Já a reação contra Bolsonaro se deu apenas quando o movimento feminista subiu o tom e passou a ser interessante se associar a ele.

Apenas Meirelles e Alckmin investiram abertamente contra Bolsonaro. Eles optaram por uma postura de centro puro, na expectativa de atrair votos à direita e à esquerda. Essa estratégia só deu certo no Brasil contemporâneo com Fernando Henrique Cardoso (PSDB), no interior da configuração tradicional do campo. Tendo em vista a dinâmica que se instaurou a partir de 2013, este caminho tinha poucas possibilidades de sucesso. Mais ainda, atacar o PT e Bolsonaro, ao mesmo tempo, significava alienar simpatizantes de suas concepções. Meirelles caracterizou Bolsonaro com adjetivos pessoais (despreparado, desequilibrado). Alckmin avançou mais nos componentes políticos: sem apoio no Congresso, disposto a cassar direitos trabalhistas, mas se concentrou nos aspectos violentos e preconceituosos da personalidade do candidato. Além disso, deixou claro que seu alvo não era ele, mas sim o PT. Na leitura de Alckmin, Bolsonaro tinha alto índice de rejeição e iria perder para o PT no segundo turno, de forma que apelou aos eleitores de centro-direita. A forma como os dois fizeram suas críticas, porém, preservou a reputação de Bolsonaro. Esta dependia de um conjunto de características que exacerbavam a capacidade de combate, de enfrentamento, que implicavam em uma agressividade e uma autenticidade (que estaria ausente nos políticos “tradicionais”). Esta autenticidade seria atestada, no caso de Bolsonaro, justamente pela falta de “papas na língua”, por sua preocupação em não desejar agradar, em dizer o que o outro quer ouvir. Com relação aos seus excessos, desde muito cedo, defensores de Bolsonaro elaboraram desculpas do seguinte tipo: o que ele disse neste vídeo/texto está fora de contexto ou está manipulado; não concordo com tudo o que ele fala, mas é só um exagero ou brincadeira de mau gosto. A tendência a dar um desconto aos excessos revelava uma adesão ao estilo agressivo, que era coerente com a ideia-força do Estado Repressor.

O resumo deste item, portanto, é o de que os atores mais criticados foram Bolsonaro e o PT. Esta atitude, ao invés de desgastá-los, centrou mais ainda o foco nos dois e desabilitou os concorrentes como alternativas reais. Os ataques reproduziram uma linguagem moralista, condenatória, dualista, que era dominada pelo campo conservador. Além disso, o PT foi caracterizado como de esquerda e esta foi qualificada nos termos do anticomunismo tradicional, também favorável à direita. Já Bolsonaro, nas poucas vezes em que foi chamado de direita, não recebeu adjetivos que pudessem problematizar esta postura como um projeto político, de Estado, em comparação com seus adversários. Assim, mais uma vez, vários candidatos abriram espaço para o deslocamento do campo.

A seguir, foi feito um procedimento igual para o segundo turno, quando Bolsonaro e Haddad contaram com o mesmo tempo de TV, cinco minutos. Serão consideradas aqui os mesmos itens abordados acima, mas apenas por meio de suas conclusões principais.

No caso do item “propostas”, Haddad voltou a defender o WSK. Todavia, ele fez uma concessão ao Estado Repressor: criar uma Força Especial da Polícia Federal. Já Bolsonaro sustentou o Estado Repressor, e, ao mesmo tempo, patrocinou o Estado Neoliberal. Contudo, esta adesão ao neoliberalismo se deu, muitas vezes, em termos de justificativas conservadoras e de combate à esquerda. É neste sentido, inclusive, que foi apresentada uma proposta que poderia ser tida como uma concessão ao reformismo, ou seja, o aumento do Bolsa Família e pagamento de 13º para seus beneficiários. Ocorre, entretanto, que os recursos para isso viriam do combate à fraude, ao roubo e à corrupção no programa.

Quanto ao item “denúncia”, a interpretação da campanha do PT identificou no plano da política uma forma de ação ilegítima de Bolsonaro, manipulatória, mentirosa, com um propósito escondido: o de implantar uma ditadura. E a campanha de Bolsonaro também apontou o universo da política como a origem dos problemas do país. Para ela, quando chegou ao poder, o PT teria implantando um modelo corrupto de barganha política. Nesta leitura, o PT era autoritário. Uma de suas facetas seria a doutrinação das crianças. O partido teria criado uma máquina de mentiras e notícias falsas, enquanto as inserções de Bolsonaro seriam simples, uma campanha baseada em fatos, sem manipulação e sem marquetagem.

Logo, as duas candidaturas usam uma abordagem parecida. Para Haddad, Bolsonaro fazia parte de um projeto político autoritário que visava usar a manipulação para derrubar a democracia e, assim, beneficiar os “milionários”, prejudicando o povo. Para Bolsonaro, o PT era uma organização criminosa que usou a manipulação e a corrupção para se manter no poder e tentava voltar para instalar, por fim, uma ditadura no estilo da Venezuela. Um acusou o outro de mentir, enganar e instalar uma espécie de tirania para prejudicar as pessoas. Com isso, a forma de argumentar continuou reproduzindo um raciocínio demonizador da política, que tinha mais a ver com a visão conservadora de mundo, beneficiando o processo de deslocamento do campo para a sua ideia-força.

Por fim, no item “crítica”, Haddad insistiu em associar seu adversário a Temer, dizendo que era uma versão piorada deste. A crítica ao outro, continuou se dando em termos morais ou em exposição negativa de suas ideias, sem uma autêntica contraposição política. Bolsonaro, da mesma forma, usou termos ligados ao plano moral, à culpabilização do outro (desculpa, humildade), e ainda os associou a algo que já estava presente no primeiro turno, o anticomunismo. É importante notar que, em nenhum momento da campanha na TV foi elaborada uma crítica à direita como tal.

4. Conclusão

Durante seu governo, Lula ficou notabilizado pela expressão “Nunca na história deste país”, seguida por autoelogios ao seu governo. O argumento era o de que ele, uma pessoa com origem na classe trabalhadora, com baixo nível de educação formal, tinha maior habilidade para compreender as necessidades do povo e fazer o necessário para atendê-lo ou diminuir o seu sofrimento. Nesta fala, a divisão principal se dava entre ricos e pobres e a ideia-força era a de uma ação estatal capaz de estimular a economia, os empregos, a

distribuição de renda e implantar políticas sociais que habilitassem a todos, com destaque para os mais pobres, a que fossem capazes de ascender, principalmente por meio da educação.

A principal resposta a este argumento era dada pelo PSDB, que reivindicava a reputação de ter controlado a inflação, e implantado medidas que, supostamente, garantiam a estabilidade monetária, teriam modernizado a economia em vários planos (como na telefonia), e conduzido a máquina estatal a um desempenho eficiente. Mesmo após vários anos fora da presidência, este partido e seus candidatos acusavam o PT de incompetência, mostravam suas administrações estaduais como ilustrações de sucesso e buscavam tachar no adversário a pecha de corrupto.

Havia leituras à direita e à esquerda que buscavam outros diagnósticos, mas sem sucesso eleitoral ou mesmo discursivo, no sentido de alterar o tema do desenvolvimento como aquele que organizava o campo político. O conservadorismo estava presente, mas a ideia-força de um Estado Repressor não tinha condições de ocupar a posição central do debate, de atrair as atenções a ponto de tornarem suas propostas o critério fundamental para escolher quem deveria ocupar a presidência do país. Em outras competições, como para cargos legislativos, o tema serviu como discurso de campanha, mas disputando com outros e com níveis variáveis de sucesso ao longo do tempo.

Ao final, Bolsonaro recebeu 57 milhões de votos, contra 47 milhões de Haddad. Apesar de ser uma diferença significativa, tendo em vista o fato de que Haddad não conseguiu receber todos os sufrágios que possivelmente teriam ido para Lula, e considerando a exposição negativa que este e o PT receberam antes e durante a campanha, o resultado mostra que o tema do desenvolvimento e a resposta reformista, em particular, não estão descartadas. O campo político no Brasil sofreu uma reconfiguração que implicou na imposição de uma divisão principal entre o povo e seus inimigos (os comunistas, os corruptos e os “políticos”), acompanhada de uma ideia-força configurada em um Estado Repressor. O espaço ocupado por tais leituras no campo se tornou maior que aquele que tematiza o desenvolvimento. Isto se deu por algumas razões. Uma delas remete à mudança conjuntural iniciada em 2013, que aumentou a polarização ideológica e foi mais bem aproveitada pela direita. Outra razão tem a ver com o comportamento dos atores.

Para Bourdieu, o campo político possui certo grau de autonomia. Uma vez constituído, os atores buscam regular o acesso a ele e desenvolvem padrões estratégicos de comportamento. Mudar a configuração do campo não é fácil, depende de fatores externos e das atitudes dos seus componentes. Em 2014, o tema da corrupção, além do discurso anticomunista e de demonização dos políticos, já estava presente. Àquela altura, não havia, contudo, nenhuma candidatura com reputação e investidura suficientes para realizar uma autêntica mudança. Os atores continuaram a debater no entorno do tema do desenvolvimento, levando, de novo, a um segundo turno entre PT e PSDB. Depois disso, as pautas da direita e do neoliberalismo se fortaleceram. Foi este segundo aspecto, ou seja, as ações governamentais do segundo mandato de Dilma Rousseff e do seu substituto, Michel Temer, que sustentaram a expectativa de que o tema do desenvolvimento continuasse a organizar o campo político. Pelo menos, esta foi a aposta de boa parte dos atores. Antes, a pauta de um Estado Repressor havia sido sempre complementar ou secundária. Não houve, por parte de vários deles, esforço para acumular capital simbólico em volume suficiente nas arenas da segurança pública, do enfrentamento da corrupção e na questão dos valores tradicionais. Isto significa que os defensores do reformismo e do neoliberalismo não construíram alternativas viáveis e confiáveis que pudessem ser comparadas politicamente com o que a direita dizia sobre tais pontos.

Na parte empírica deste trabalho, busquei demonstrar como o processo se deu na no HGPE. Com relação às “propostas”, no primeiro turno, WSK, neoliberalismo e Estado Repressor foram modelos apresentados, sem, porém, dialogar entre si, sem contraposições ou reparos evidentes. Na configuração anterior do campo, o tema do “Bolsa Família”, por exemplo, foi disputado por PT e PSDB. O primeiro o apresentava no interior de uma lógica reformista. O segundo, cedeu ao programa, mas com reparos típicos do neoliberalismo (mal administrado e devendo preparar seus dependentes para o mercado). Neste caso, ficou claro que uma iniciativa em políticas públicas foi objeto de embate direto, com fundamentos programáticos distintos. Já em 2018, deu-se uma compartimentalização, mesmo no caso daqueles que fizeram combinações, como

Alckmin e Bolsonaro, os dois fazendo apelos ao Estado Repressor e ao neoliberalismo. Numa conjuntura favorável à direita, a ausência de diálogo não deu aos seus competidores capacidade de autêntica crítica, acompanhada de soluções factíveis (para o eleitorado). No segundo turno, o mesmo fenômeno se repetiu. E, mais ainda, Bolsonaro foi capaz de interpretar saídas neoliberais em termos conservadores, fortalecendo a sua posição.

No caso do item “denúncia”, a ênfase esteve em uma demonização da política, particularmente no segundo turno. Como dito, este era um tema dominado pelo conservadorismo, particularmente pela imposição de um tipo de linguagem e uma imagem, para a qual Bolsonaro foi o mais competente em acumular capital simbólico. Por fim, em “crítica”, verificou-se que os mais atacados foram Bolsonaro e o PT, mas de uma forma que beneficiou ao primeiro, seja pela via moralista de argumentação, seja pela forma pouco politizada da sua classificação como direita. No segundo turno, não houve mudança neste sentido.

Assim, alguns candidatos ignoraram a ideia-força do Estado Repressor, outros tentaram disputá-la nos mesmos termos da direita, que dominava a linguagem, a forma de expressão e a reputação em torno do assunto. Por fim, não houve qualificação adequada do que é ser de direita, ser conservador. Desta forma, os membros do campo não só abriram espaço como muitas de suas ações ajudaram a deslocar o tema para o centro do campo. É isso que explica o fato de Bolsonaro, contando com meros oito segundos no primeiro turno, não ter sido ele mesmo o responsável por deste processo.

Se Lula tivesse disputado e se a Operação Lava Jato não tivesse alvejado o candidato preferencial do PSDB, Aécio Neves, haveria, no mínimo, dois concorrentes com reputação e investitura fortes. No primeiro turno, o PT insistiu no tema do desenvolvimento. O PSDB e o MDB (que contavam com mais tempo de TV e boa estrutura de campanha) também o fizeram, com menor proporção para o primeiro. Se Lula e Neves estivessem presentes e este tivesse preservado sua reputação, é possível que o tema do Estado Repressor ganhasse força, mas não deslocasse a divisão principal anterior para uma posição secundária no campo.

O “nunca antes na história” foi substituído pelo “nossa bandeira não será vermelha” como referência principal do campo político. Resta verificar qual será o comportamento dos atores daqui para frente. Se continuarem a debater os temas que a direita mobilizou, deverão ser capazes de oferecer leituras alternativas viáveis, acumular capital simbólico e conseguir fazer a qualificação política. Ou poderão tentar reconfigurar a arena. Como diz Bourdieu, o campo político não é fechado e transformações externas poderão criar condições favoráveis a uma dessas duas alternativas. Em qualquer dos casos, as escolhas feitas por quem se posiciona melhor neste plano tem peso significativo no seu resultado. O conservadorismo é forte na opinião pública brasileira, mas não é uma inevitabilidade histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aldé, A. & Dias, H. (2014). Intervalo surpresa: spots eleitorais na campanha municipal de 1996. *Doxa, Laboratório de Estudos Eleitorais, de Comunicação Política e Opinião Pública*. Recuperado de [http://doxa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2014/03/intervalosurpresa2.pdf]. Consultado [10-01-2020].
- Almeida, A. C. (2007). *A cabeça do brasileiro* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Almeida, A. C. (2008). *A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral*. Rio de Janeiro: Record.
- Almeida, A. C. (2018). *O voto do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record.
- Alves, C. Apesar de você. La ultraderecha ascende en Brasil. *Sala de Redacción – FIC*. Recuperado de [https://www.academia.edu/37568787/2018_APESAR_DE_VOC%C3%A8A_La_ultraderecha_asciende_en_Brasil_-_FIC_y_la_Agencia_France-Presse_Uruguay]. Consultado [20-10-2018].
- Angelo, V. (2018). Saudade dos militares: os pedidos de retorno das Forças Armadas ao poder no Brasil. *Revista de Estudios Brasileños*, 5(10), 93-105.
- Angelo, V. et al. (2015). *Manifestação 16/08: perfil e percepções dos manifestantes em Vitória (ES)*. Vila Velha: PPGSP/UVV.
- Bourdieu, P. (2011). O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 5, 193-216.
- Carreirão, Y. S. (2002). *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis: Editora da UFSC; Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Chauí, M. (2016). A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo (pp. 15-22). In I. Jinkings, et al. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Cleto, M. (2016). O triunfo da antipolítica (pp. 43-48). In I. Jinkings, et al. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Dias, M. R. (2014). Campanha dialógica, Pseudo-Dialógica ou um "Diálogo de Surdos": uma proposta teórico-metodológica de análise das candidaturas presidenciais no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. *IX Encontro da ABCP*, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Recuperado de [http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5718/2014_dias_campanha_dialogica_pseudodialogica.pdf?sequence=1&isAllowed=y]. Consultado [10-01-2020].
- Figueiredo, M, Aldé, A., Dias, H., & Jorge, V. L. (1997). Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. *Opinião Pública*, IV(3), 182-203.
- Goldstein, A. (2018). *A ascensão da extrema direita e o uso das redes sociais no Brasil*. Recuperado de [https://www.academia.edu/37523250/A_ascensao_do_Bolsonaro_e_o_uso_das_redes_sociais_no_Brasil]. Consultado [20-10-2018].
- Grenfell, M. (2014). Politics. In M. Grenfell (Ed.). *Pierre Bourdieu: key concepts* (2ª ed., pp. 250-264). Londres: Routledge.
- Kalil, I. O. (2018). *Quem são e no que acreditam os eleitores de Bolsonaro*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Recuperado de [https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf]. Consulta [21-04-2019].
- Lourenço, L. C. (2009). Propaganda Negativa: ataque versus votos nas eleições presidenciais de 2002. *Opinião Pública*, 15(1), 133-158.
- Maranhão Filho, E. M. A., Coelho, F. M. F., & Dias, T. B. (2018). 'Fake news acima de tudo, fake news acima de todos': Bolsonaro e o 'kit gay', 'ideologia de gênero' e fim da 'família tradicional'. *Revista Eletrônica Correlatio*, 17(2), 65-90. Recuperado de [https://www.academia.edu/38289067/MARANH%C3%83O_F_Eduardo_Meinberg_de_Albuquerque_COELHO_Fernanda_Marina_Feitosa_DIAS_Tainah_Biela._Fake_news_acima_de_tudo_fake_news_acima_de_todos_Bolsonaro_e_o_kit_gay_ideologia_de_g%C3%A8nero_e_fim_da_fam%C3%ADlia_tradicional._Correlatio_v._17_n._2_p._65-90_2018?email_work_card=thumbnail-desktop]. Consultado [08-02-2019].
- Martins, F. (2018, julho 13). PT e PSDB provavelmente vão decidir a eleição presidencial, prevê estudo. *Gazeta do Povo*, Eleições 2018. Recuperado de [https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/pt-e-psdb-provavelmente-va-decidir-a-eleicao-presidencial-preve-estudo-ca0m9kuoqxvyf1l8ki8kh2os]. Consultado [21-04-2019].
- Mattos, M. B. (2018). Bolsonaro electo presidente de Brasil: ¿Cómo llegamos hasta acá? ¿Para donde vamos? Algunas observaciones preliminares, teniendo Antonio Gramsci como referencia. *Revista Herramienta Web*, 1-21. Recuperado de [https://www.academia.edu/38129411/Bolsonaro_electo_presidente_de_Brasil_Herramienta_WEB.pdf]. Consultado [23-02-2019].

Michels, R. S. (2017). O discurso conservador brasileiro nas novas mídias digitais e a Honra da Família: uma leitura à luz de Wilhelm Reich. *VI Jornada de Pesquisa em Psicologia*, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil. Recuperado de [http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornada_psicologia/article/view/17613/4491]. Consultado [24-02-2019].

Motta, R. P. S. (2016). O Brasil à beira do abismo de novo (pp. 1082-1255). In Mattos, H., Bessone, T., & Mamigonian, B. G. (Orgs). *Historiadores pela democracia. O golpe de 2016: a força do passado*. São Paulo: Alameda. Kindle Edition.

Oliveira, S. B. (2005). *Palanque eletrônico: o Horário Gratuito da Propaganda Eleitoral e os gêneros do telejornalismo*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

Pesquisa Datafolha: veja perfil dos eleitores de cada candidato a presidente por sexo, idade, escolaridade, renda e região (2018, outubro 3). *G1*, Eleições 2018. Recuperado de [https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/03/pesquisa-datafolha-veja-perfil-dos-eleitores-de-cada-candidato-a-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-e-regiao.ghtml]. Consultado [21-04-2019].

Piovezani, C. (2011). Funções e efeitos dos elementos vocais no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. *Letras de Hoje*, 46(1), 96-103.

Riker, W. H. (1996). *The strategy of rhetoric*. New Haven: Yale University Press.

Singer, A. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma* (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras.

Tavares, C. Q. (2014). Patrono x personalidade política: como estes personagens aparecem no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral televisivo dos partidos PT e PSDB nas eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010 no Brasil. *Revista de Descendentes de Ciência Política da UFSCAR*, 2(1), 10-45.

Vainer, C. et al. (2013). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Carta Maior; Boitempo Editorial.

Villasante, M. (2018). La ola populista en Brasil y en otros países del mundo. *Ideele Revista*, 283. Recuperado de [https://revistaideele.com/ideele/content/la-ola-populista-en-brasil-y-en-otros-pa%C3%ADses-del-mundo]. Consultado [21-04-2019].